

VOLUME  
**XXVII** BOLETIM DO  
ARQUIVO DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

2014

IMPRENSA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

• U • C •



# **Ao serviço da Igreja, do Rei e do Saber. O Cardeal-Infante D. Henrique e o Colégio de São Bernardo de Coimbra**

## **Serving the Church, the King and Wisdom. Cardinal-Prince D. Henry and the College of Saint Bernard of Coimbra**

MILTON PEDRO DIAS PACHECO

Universidade de Coimbra

Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Bolseiro pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Centro de História de Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa/

Universidade dos Açores

Centro Interdisciplinar de Estudos Camonianos (CIEC) da Universidade de Coimbra

[miltondpacheco@yahoo.com.br](mailto:miltondpacheco@yahoo.com.br)

[miltonpacheco@ci.uc.pt](mailto:miltonpacheco@ci.uc.pt)

Artigo recebido em: 15-02-2014

Artigo aprovado em: 5-05-2014

### **RESUMO**

Integrado na rede dos institutos colegiais universitários da Coimbra de Quinhentos, o Colégio de São Bernardo, destinado primeiramente à formação espiritual dos monges cistercienses e posteriormente à preparação dos novos quadros intelectuais e administrativos para as instituições estatais e eclesíásticas, materializa o projeto pedagógico mecenático delineado pelo Cardeal-Infante D. Henrique. Propomos assim, como principais linhas de investigação, traçar as origens fundacionais da instituição colegial, de modo a compreender os programas arquitetónicos concretizados sob a chancela henriquina, segundo o espírito de abnegação cisterciense e no período correspondente à emergência das primeiras diretrizes doutrinárias tridentinas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mecenato henriquino; Colégios conimbricenses; Arquitetura renascentista portuguesa.

**ABSTRACT**

Saint Bernard College was integrated at the university college's network of the city of Coimbra in the 16th century. Intended to promote the spiritual formation of Cistercian monks initially, and to prepare the future intellectual and administration generations for the state and ecclesiastical institutions after, this college embodied the patronage educational program outlined by Prince-Cardinal Henry.

As main research lines we propose to present the College of Saint Bernard foundational origins, in order to understand the architectural programs executed under Henry's seal, according to the Cistercian selflessness spirit and in the corresponding period of the emergence of the first Tridentine doctrinal guidelines.

**KEYWORDS:** Prince-Cardinal Henry's patronage; Coimbra colleges; Portuguese Renaissance architecture.

***“Collegium sancti Bernardi***

Cœnobium haud paruo cernes fundamine cœptum,  
Diui Bernadi quod sacra turba colit.  
Henricus iussit condi, iustissimus heros,  
Cui sanctæ incumbit relligionis onus,  
Exemplum Henricus probitatis, regia proles,  
Quem decorat sacri cardinis altus honos:  
Cui frons Puniceo splendet redimita galero,  
et pariter Tyrio palla colore rubet:  
Sacrorum Antistes nostris qui maximus oris,  
Summi pontificies iura, vicesque tenet.  
Quemque pudor castus clarum super ethera tollit:  
Quique est occiduægloria summa plagæ”.

“Vê êste mosteiro [colégio<sup>1</sup>] começado com não pequeno alicerce:  
é do divino Bernardo para a sua grei sagrada.  
Mandou-o construir o príncipe Henrique, varão justíssimo, de régia

---

<sup>1</sup> Este foi um erro continuamente perpetuado ao longo da história da instituição colegial como, de igual modo, se verifica num tombo de 1696-1735 sobre “*todos os bens e terras foros e propriedades [...] unidos in perpetuum ao Real Mosteiro de S. Bernardo da cidade de Coimbra*”.

prole,  
ao qual incumbe o difícil encargo da santa religião,  
exemplo de probidade,  
a quem ilustra a vingada honra de ser o chefe,  
em cuja fronte resplandece o barrete purpúreo  
e sôbre cujas vestes avermelha o manto da côr cartaginesa.  
Antistite máximo dos negócios sagrados,  
és tu quem entre nós fazes as vezes e tens os direitos do sumo pontífice.  
Eleva-te aos astros, ilustre, a tua castidade;  
és a legítima glória desta ocidental praia.”

Inácio de Moraes (1554). *Conimbricæ Encomium*.  
Coimbra: apud Ioannem Barrerium Typ. Reg., 10-11.  
(tradução de Alberto Moreira da Rocha BRITO (1935).  
“Elogio de Coimbra”, in *O Instituto*,  
LXXXVIII, 49)

Influenciado pelos diversos movimentos humanistas irrompidos por toda a Europa na centúria de Quinhentos, o monarca português D. João III [1502|1521-1557] decidiu avançar com um inovador projeto científico e cultural para reestruturar a única instituição universitária nacional. No seguimento da reinstalação última e definitiva do *Studium Generale*, da buliçosa Lisboa para a serena Coimbra, em 1537, a Coroa congregou o apoio das mais altas hierarquias eclesiásticas, diocesanas e monásticas, de modo a reforçar a empresa régia com a organização de uma verdadeira constelação de colégios gravitando em torno do *solar* universitário.

Usufruindo de uma sólida herança cultural protegida e promovida pela Igreja desde os primórdios da fundação do Reino, as Ordens Religiosas portuguesas, a partir do segundo terço do século XVI, foram estabelecendo inúmeros empreendimentos pedagógicos colegiais na margem direita da principal cidade do Mondego.

Assumindo o compromisso na preparação e formação dos novos quadros eclesiásticos, as principais casas monásticas trouxeram as suas melhores elites intelectuais e culturais, as suas seculares práticas pedagógicas e os seus hábitos vivenciais religiosos, numa matriz objetiva e identitária comum

---

AUC, *Colégio de S. Bernardo*, “Tombo de Alfarelos do colégio de S. Bernardo de Coimbra”, caix. 17, 1696-1735, fol. 1.

a todos os colégios subsidiados<sup>2</sup>. Com base num ensino preparatório, de cariz privado assente nos pressupostos de cada família religiosa, as chamadas *escolas menores* estavam destinadas a instalar e a instruir uma numerosa massa de estudantes que, em Coimbra, se movimentavam como “abelhas que iam sugar o mel no nectario científico da universidade”<sup>3</sup>.

Nomeado pelo monarca, em 8 de outubro de 1527, como reformador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, o monge hieronimita frei Brás de Barros [1550-1559] supervisionou a instalação dos primeiros colégios universitários ao longo da recém-inaugurada Rua de Santa Sofia<sup>4</sup>. Numa linha temporal de vinte e dois anos, de 1535 a 1557, datas que balizam a fundação do primeiro colégio e o falecimento de D. João III, foram criados catorze colégios, número rapidamente ampliado nas décadas seguintes<sup>5</sup>.

Para além das mais abastadas casas monásticas e conventuais do Reino, responderam também ao apelo lançado pela Coroa os prelados de algumas dioceses nacionais. Enquanto o bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida [1458|1483-1543], manteve ativa a escola catedralícia, instalada desde os tempos medievais nos claustros da primitiva sé, e disponibilizou a catedral para os importantes atos cerimoniais académicos<sup>6</sup>, o bispo do Porto, D. frei

---

<sup>2</sup> \* O presente artigo teve origem na comunicação apresentada no *Congresso Internacional, «D. Henrique e as múltiplas dimensões do poder no século XVI»*, intitulada “Ao serviço da Igreja, do Rei e do Saber. O Cardeal-Infante D. Henrique e o Colégio de São Bernardo de Coimbra”, na Universidade de Évora, no dia 17 de outubro de 2012.

Entre os vários colégios estabelecidos somente o Real Colégio das Artes, o Sacro, Pontifício e Real Colégio de São Pedro e o Real Colégio de São Paulo foram criados fora da alçada das Ordens Religiosas muito embora acabassem por funcionar em íntima colaboração com algumas delas. Enquanto o primeiro foi destinado ao ensino pré-universitário, os últimos dois estavam direcionados para a preparação superior e a formação especializada dos que ingressavam na instituição universitária como docentes. Sobre a organização escolar e o funcionamento institucional destes colégios *vide* o artigo de António de Vasconcelos dedicado ao assunto no primeiro volume dos *Escritos Vários*, reeditado em 1987.

<sup>3</sup> VITERBO, 1988: 171.

<sup>4</sup> BRANDÃO, I, 1937c: 13; SANTOS, 1991: 317.

<sup>5</sup> A implantação dos colégios em Coimbra ocorreu em períodos cronológicos e espaços urbanos distintos: numa primeira fase, a Rua da Sofia, junto ao Mosteiro de Santa Cruz, congregou, de 1535 a 1550, onze colégios; na seguinte, a Alta cidadina, em torno do Paço das Escolas, reuniu, entre 1547 e 1779, dezassete colégios. VASCONCELOS, 1987: 157-158, 161; *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1559: 258.

<sup>6</sup> O bispo conimbricense viria ainda a disponibilizar a igreja paroquial de São de João de Almedina, e capela privativa do paço episcopal de Coimbra, para a celebração dos cerimoniais de graduação da Universidade programados para a velha sé. Porventura teriam os trabalhos de construção da Porta de Especiosa, na fachada norte do edifício, impedido a utilização da igreja? Se assim for é então possível restringir um pouco mais o hiato temporal referente à execução do magnífico pórtico renascentista. PACHECO, 2009: 89-90.

Baltazar Limpo [1478|1536-1550|1558], optou, em 1540, pelo estabelecimento de um colégio destinado à formação dos clérigos da sua diocese, onde mais tarde se instalaram os seus irmãos de religião, os Carmelitas Descalços. Também o recém-empossado arcebispo de Évora e infante da Casa Real, D. Henrique [1512|1578-1580], não deixou de amparar a grandiosa empresa promovida pelo monarca, seu irmão, e avançou com a fundação de um instituto colegial em Coimbra no ano de 1541. Embora desconhecendo as suas intenções iniciais, é provável que, num primeiro momento, D. Henrique tenha procurado estabelecer um colégio para acomodar os clérigos do seu novo bispado ou para acolher os religiosos das casas monásticas a que estava vinculado institucionalmente.

Entregue à vida religiosa desde tenra idade, o oitavo filho da extensa prole de D. Manuel I [1469|1495-1521] viria a alcançar não só as mais importantes dignidades eclesiásticas nacionais como o governo do Reino, inicialmente como regente e depois como rei, o último monarca da Dinastia de Avis.

O primeiro cargo distintivo na longa carreira eclesiástica ser-lhe-ia atribuído logo em 1522, quando, aos dez anos de idade, foi provido comendatário e administrador, *in perpetuum*, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>7</sup>. Seguir-se-iam as dignidades de comendatário na abadia cisterciense de São Cristóvão de Lafões, em 1523, de administrador do arcebispado de Braga dez anos depois, ao qual ascenderia como prelado titular em 1537, e a de inquisidor-mor do Tribunal do Santo Ofício a partir de 1539. Entretanto, em 1540, transitou da cátedra arquiépiscopal de Braga para a recém-criada arquidiocese de Évora, onde permaneceu até 1564, ano da sua nomeação para a mitra de Lisboa, vindo a regressar mais tarde, em 1574, à sede episcopal alentejana<sup>8</sup>.

Pelos vários cargos desempenhados, “começando na mursa de Sancta Cruz, até vestir a purpura de Cardeal”, e depois como legado *a latere*, D. Henrique, em 1560, viu os seus poderes ampliados de modo a intervir na gestão observante e disciplinar das casas religiosas de São Bernardo, São Bento, Santo Agostinho, São Jerónimo e São Domingos, assim como nas casas das Ordens Militares de Cristo e de Avis<sup>9</sup>.

Desta intensa e profícua atuação governativa, à frente dos principais organismos eclesiásticos nacionais, resultou, porque financiada pelas avultadas

<sup>7</sup> BRANDÃO, II, 1938: 227, 234-237.

<sup>8</sup> Sobre os diversos cargos eclesiásticos assumidos por D. Henrique *vide* Amélia POLÓNIA, *D. Henrique*, Lisboa, Círculo de Leitores/CEPCEP/Temas e Debates, 2006, pp. 93-122 e Balthezar TELLEZ, *Chronica da Companhia de Jesu*, tomo II, Lisboa, Tipografia de Paulo Craesbeeck, 1647, pp. 382-389.

<sup>9</sup> POLÓNIA, 2005: 31-32.

rendas e múltiplos benefícios económicos, um importante e numeroso conjunto de colégios, seminários e institutos pedagógicos, maioritariamente, mas não de forma exclusiva, direcionados para a formação do clero das respetivas dioceses e casas religiosas.

Procurando apoiar o ambicioso projeto cultural joanino, como atrás se disse, o Infante D. Henrique, ao deparar-se, em 1541, com o funcionamento de quatro colégios afetos ao Mosteiro de Santa Cruz, que haviam sido estabelecidos aquando da reforma última, e tendo renovado recentemente as estruturas de ensino no arcebispado de Braga<sup>10</sup>, decidiu favorecer a Ordem de Cister em Coimbra.

Independentemente das razões que motivaram a ação henriquina, a data escolhida para a fundação institucional do Colégio do Espírito Santo, o quarto colégio a ser erigido na Rua da Sofia, foi o dia 8 de dezembro de 1541. Segundo atesta a epístola enviada por frei Brás de Barros a D. João III, em 14 de dezembro seguinte,

“A causa da minha vinda a esta casa [de Santa Cruz de Coimbra] foi escreverme o Iffante dom anrique ao Porto onde estava principiando ja novo moest.º que lhe viesse fundar o seu collegio que manda fazer a esta cidade e ha dias qui mi tẽ ãcomendado”, solicitação urgente pois “não há rezam que p<sup>a</sup> minha negligencia em perder alguũ tempo de tam boa obra”. Esta seria, segundo explica, a origem da fundação do novo instituto: “e foy asy que o dito collegio q̃ he da Invocaçãõ do Spũ Santo foy fundado quinta feyra dia da conceyçãõ de nosa sñora [...] ao longo da rua de santa sophya”<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> CUNHA, I, 1989: 312.

<sup>11</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, “Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra - carta de frei Brás de Barros dirigida a D. João III”, Parte I, mç. 71, n.º 30: 1.



Fig. 1|| *Fachada principal do Colégio de São Bernardo junto à Rua da Sofia*



O ano de 1541 assinala, deste modo, o princípio do Colégio no papel, isto é, a data fundacional da instituição através de confirmação régia, seguido do reconhecimento pontifício. A solicitação deverá ter partido do próprio D. Henrique<sup>12</sup>, que pressionara insistentemente frei Brás de Barros para que este viesse fundar o instituto “que manda fazer em esta cidade que ha dias me tem ãcomendado, e porque não era rezam que por minha negligencia se perdesse alguũ tempo de tam boa obra”<sup>13</sup>.

Granjeado o sério compromisso do Infante-Cardeal na ereção do Colégio, a política régia continuava a reforçar as suas diretivas de modo obter a participação e o apoio de novos mecenas e patronos. Assim corrobora a missiva dirigida ao monarca, através da qual o reformador crúzio assevera que a obra promovida pelo arcebispo de Évora, seu irmão, poderia levar outros prelados a estabelecerem institutos similares: “Prazer a nosso snõor que sera este collegio exemplo pera alguũs prelados deste Reyno se esforçarem a fazer algũa obra deste genero”<sup>14</sup>.

Na verdade, o Infante da Casa Real, tornado comendatário e administrador perpétuo do principal mosteiro crúzio em 1522, revelara-se uma peça estratégica para a efetivação do projeto da transferência e reforço da Universidade para a cidade de Coimbra. Prova-o um documento conhecido, lavrado na chancelaria régia em 10 de fevereiro de 1536, através do qual o monarca ordenava ao seu agente *in loco*, frei Brás de Barros, que no momento das expropriações dos terrenos pertencentes a Santa Cruz, procurasse não prejudicar a fazenda de seu irmão. Sabendo que o “mosteiro de samta cruz ã pertence ao lffante dom amrique meu m.<sup>to</sup> amado e prezado irmão”, o rei indagava assim “se tem a mesa do comvento alguaãs propiadades ã rendam outro tanto como estas ã se tomam ao mosteiro pera se darẽ em troca ao lffante por estas ã se lhe ora tomam [...] E tanto ã isto vier ffalarey ao Infante e vos escreverey”<sup>15</sup>.

Perante as avultadas despesas assumidas por D. Henrique, o monarca autorizara, pelo menos desde 1545, o pagamento anual de “hum conto de reaes” por parte do mosteiro crúzio<sup>16</sup>, recebendo já desde o ano anterior um conto e meio de réis provenientes do bispado conimbricense<sup>17</sup>. Mas há

---

12 TEIXEIRA, 9, 1891: 268, nota 1; VASCONCELOS, 1987: 232.

13 BRITO, 1602: 173; VITERBO, I: 178.

14 CORREIA & GONÇALVES, 1947: 131.

15 BRANDÃO, I, 1937c: 12-13.

16 BRANDÃO, II, 1938 :227, 234-237; CRAVEIRO, II, 2002: Doc. III: 8, Doc. XII, 35.

17 POLÓNIA, 2005: 98.

muito que a Coroa havia solicitado o apoio económico de outras prelações do Reino e revelado o âmago da sua estratégia, embora sem o sucesso desejado, como sugere a correspondência trocada entre o rei e o bispo de Coimbra. Em 16 de novembro de 1538, o prelado manifestava a D. João III o seu descontentamento ao saber que o monarca não só rejeitara o donativo para as obras de revalorização da catedral conimbricense como ainda lhe sugerira aplicar “antes esta esmola ã huã colegio nesta cidade polo fruto q̃ diso se seguia”<sup>18</sup>. Enfim, nem todos os bispos estavam dispostos a sacrificar os seus rendimentos em prol da senda do Saber.

Enquanto decorria o processo de aliciação régia, o Infante decidiu favorecer os *monges brancos* de São Bernardo “pera nelle estudarem e aprendem letras sagradas da Samta Teologia rellegiosos da ordem de Cistel do bem aventurado sam Bernardo deste reino de Portugall” formando-se “letrados em ha santa teologia [...] pera nos outros mosteiros da hordem que há pello reyno aproveytarem muito ha Igreja de Deus com suas pregações, boa vida e exemplo”<sup>19</sup>. Acreditando que há muito havia programado este empreendimento, somente a partir de 1546 o tornaria público, como se depreende da missiva de 26 de Junho enviada ao arquiteto responsável pelo projeto arquitetónico, na qual esclarecia que “agora ordeno esse collegio pera os frades de Alcobça”<sup>20</sup>. E, na verdade, esta seria uma empresa de maior importância e utilidade para os Cistercienses segundo o testemunho régio, de 21 de agosto de 1546, visto o rei considerar que estes não eram “homens de bem e de boa religiam” e eram “todos ignorantes e homens de pouco saber”<sup>21</sup>.

Contudo, desconhecemos a razão que motivou D. Henrique a promover a fundação de um instituto colegial de raiz, material e institucional, em Coimbra e entregá-lo à tutela da Ordem à qual havia ficado ligado através da comenda da abadia de Lafões desde 1523<sup>22</sup>. Pretenderia o Infante, com a sua mais recente obra mecenática, vir a granjear novos benefícios eclesiásticos dos quais resultariam avultadas mercês económicas?

Em nosso entender, o motivo desta escolha estaria relacionado com a complexa política centralizadora da Coroa e, claro está, com a ambição

---

<sup>18</sup> Corresponderiam estas obras às campanhas de construção da Porta Espiciosa? BRANDÃO, 1937a: 227.

<sup>19</sup> MARQUES, 2006: 237.

<sup>20</sup> CRAVEIRO, II, 2002: Doc. XXI, 65; CRAVEIRO, 1990: Docs. VI, XII.

<sup>21</sup> HERCULANO, III, 1859: 36.

<sup>22</sup> Esta foi a única casa masculina da Ordem de Cister erguida em Portugal na centúria de Quinhentos, caso excluamos a *Casa Primária na Corte*, o Convento de Nossa Senhora do Desterro, iniciado já em 1591. SUCENA, I, 2000: 146.

pessoal do próprio D. Henrique. Era vantajoso para ambas as partes que o Infante fosse investido nos proveitosos cargos de abade comendatário e de perpétuo administrador da mais abastada casa cisterciense portuguesa, a Abadia de Santa Maria de Alcobaça. Aparentemente, esta não seria uma missão difícil, pois há muito que os monarcas haviam reclamado para si o direito de apresentação dos governantes da casa alcobacense<sup>23</sup>.

E, de facto, assim aconteceu com o seu provimento como administrador perpétuo de Alcobaça em 1542, pese embora as negociações tenham sido deliberadamente adiadas por parte da Santa Sé desde 1540, aquando da apresentação do candidato por D. João III após a vaga deixada pelo seu irmão D. Afonso [1509-1540], igualmente ligado ao mosteiro crúzio conimbricense. Porém, o projeto régio joanino seria finalizado com a obtenção da bula *Apostolicae sedis*, outorgada em 8 de Junho de 1545, e pela qual o Infante se tornava no abade comendatário daquela casa<sup>24</sup>.

Naturalmente, estas atuações iriam despoletar sucessivas críticas contra o prelado abacial, mormente por parte dos lesados, os monges cistercienses. Um testemunho comprometedor saiu da pena de frei Manuel dos Santos [1672-1760], na sua obra *Alcobaça Ilustrada*, publicada em 1710:

“este mesmo infante D. Hêrique, que tanto se inculcava zeloso da fazêda dos outros mosteyros, no de Alcobaça, que tinha mais perto de sy, e por sua conta, naõ dava aos Abbades, que reprehendia, o exemplo necessario; porque grande parte das alheaçoens da fazenda, em que hoje se sente leza a Real Casa de Alcobaça, sam do seu tempo; porque emprazou muitas fazendas sem outro foro, mais que o dezimo eclesiastico, & outras que pagavam pelo foral da terra, as reduziu a foro sabido por pouco mais de nada”<sup>25</sup>.

Enfim, parecia agir como um senhor absoluto na Real Abadia como se porventura a tivesse herdado por legado familiar!

Ao que tudo indica, a Ordem de Cister havia pago assim um preço demasiado alto pela oferta henriquina, muito embora Pedro de Mariz [1550(?)-

---

<sup>23</sup> ALMEIDA, II, 1968: 135.

<sup>24</sup> D. Henrique não só seria o último abade perpétuo de Alcobaça como ainda foi nomeado primeiro abade geral da Congregação Cisterciense de Portugal, tendo assumido como principal diretiva do seu governo a restauração da estrita observância monástica. ALMEIDA, II, 1968: 135; CUNHA, I, 1989: 312; POLÓNIA, 2009: 29, 49, 93-95; POLÓNIA, 2005, 20, 26.

<sup>25</sup> Logo a partir de 1547, o Infante procurou separar os rendimentos da mesa abacial e reduzir os proventos da comunidade. SANTOS, 1710, 362-363, 470; ALMEIDA, II, 1968: 135.

-1615] considerasse o contrário quando afirmou que o Infante, uma vez provido no Mosteiro de Alcobaça, “entendeo em sua reformaçã de maneira, que he hoje huma das melhores observancias daquela Ordem”<sup>26</sup>. Quanto aos avultados gastos estes incidiram na reforma material de muitas das casas monásticas cistercienses, nomeadamente a de Alcobaça, de Cós, de Aguiar e de Tarouca, vindo a fundar nesta última um colégio para ensino de Latim<sup>27</sup>.

O Colégio do Espírito Santo ou do Infante, designação pelo qual o edifício é igualmente identificado na correspondência epistolar trocada entre o reformador de Santa Cruz e o monarca reinante, ao ser integrado na casa-mãe da Ordem de Cister ganhou um segundo padroeiro: São Bernardo de Clairvaux [1090-1153]<sup>28</sup>.

Entretanto, e segundo cremos, durante a vigília do Pentecostes de 23 de maio de 1545 procedeu-se finalmente ao assentamento solene da primeira pedra do complexo colegial<sup>29</sup>, a escassos dias de D. Henrique se tornar no abade comendatário de Alcobaça<sup>30</sup>. Decorrendo a grandiosa obra do edifício, ao fim de dois anos seria lançada a pedra fundacional da igreja do colégio<sup>31</sup>.

As campanhas construtivas continuariam nos anos seguintes às expensas do seu principal promotor nos terrenos adquiridos ao Mosteiro de Santa Cruz, onde o próprio Infante deliberara inúmeras vezes sobre as etapas construtivas<sup>32</sup>. A partir da súplica enviada pelo monarca D. João III ao papa Júlio II [1443|1503-1513] comprova-se, de facto, o alto mecenato henriquino no edifício colegial, pois o sumo pontífice era informado que a obra decorria “á custa da sua própria fazenda, contribuindo com todas as despesas até ficar em estado de habitar-se”<sup>33</sup>.

Com a saída de frei Brás de Braga para a recém-criada Diocese de Leiria, em julho de 1545<sup>34</sup>, a quem o monarca confiara a reforma espiritual, patrimo-

---

26 MARIZ, 1598: 116.

27 TELLEZ, II, 1647: 411-412.

28 Estes acabariam por ser os oragos favoritos do Cardeal-Infante no momento da escolha dos patronos para os seus institutos colegiais, nomeadamente em Alcobaça/Coimbra e em Évora.

29 Também o autor de uma resenha histórica sobre o Colégio de São Bernardo, de 1680, menciona que “O dia mez, e anno em que se deu principio á fundação deste Collegio, nao achei no cartório d'elle, nem o pude descobrir mas he de crer, que ou no dito anno de 1545 ou pouco depois d'elle se devia fundar”. *Fundaçam do Real Collegio de S. Bernardo de Coimbra* reproduzido por SANTOS, II, 2007: Doc. 1, 9 ; TEIXEIRA, 9, 1891: 268.

30 Ano em que D. Henrique recebeu também o barrete cardinalício. ALMEIDA, II, 1968: 135.

31 Os autores do *Inventário Artístico da Cidade de Coimbra*, Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, colocaram igualmente a possibilidade dos anos de 1545-47 corresponderem ao início da construção da capela colegial. CORREIA & GONÇALVES, 1947: 131.

32 CAMPOS, 36, 1889: 502, 653, 729.

33 TEIXEIRA, 9, 1891: 270; CORREIA & GONÇALVES, 1947: 131.

34 SANTOS, 36, 1991: 318, 323.

nial e pedagógica quinhentista de Santa Cruz, D. Henrique terá procurado acompanhar com maior zelo as respetivas campanhas construtivas, muito embora saibamos que o prelado esteve sempre atento acerca das múltiplas atividades da instituição, mesmo após a entrega do edifício aos colegiais cistercienses.

Este não teria sido um empreendimento muito árduo visto ter usufruído de uma esmerada educação e de ter circulado no florescente ambiente cultural da Corte joanina. Para além do domínio das línguas bíblicas, de Teologia e de Patrística, o Infante foi igualmente instruído nas disciplinas “Mathematicas” e “tambem entendia muyto de arquitectura”, segundo o depoimento do cronista jesuíta Balthesar Tellez<sup>35</sup> [1596-1675].



Fig. 2|| **Cardeal D. Henrique apresentado como fundador da Universidade de Évora**<sup>36</sup>  
(Susana Rodrigues | Universidade de Évora)

<sup>35</sup> É curioso confrontar o enaltecimento que o cronista jesuíta dedica às casas da sua Ordem patrocinados pelo Infante-Cardenal com o desinteresse conferido ao Colégio da Ordem de Cister, do qual apenas relata: para os monges cistercienses “edificou hum Collegio em Coimbra”. TELLEZ, II, 1647: 379, 383; CUNHA, 1898, 313-315, 323 ; MOURA, 1840: 3.

<sup>36</sup> Queremos aqui manifestar o nosso agradecimento ao Professor Doutor Manuel Patrocínio pelas suas diligências na obtenção desta imagem.

Durante o decurso das obras do colégio, os monges bernardos dispuseram como residência de “duas moradas de casas que lhes pertenciam, situadas junto d’elle, mas cedidas pelo monarca para os lentes estrangeiros [das Artes] pousarem”. Somente a partir de 6 de março de 1549, aquando da entrega do edifício a frei António de Campo Maior [séc. XVI], entraram efetivamente na nova casa os primeiros colegiais<sup>37</sup>.

Sabemos, no entanto, por fontes históricas coevas que nas vésperas da abertura solene do colégio, ocorrida por volta de outubro de 1550, as obras ainda não estariam concluídas. Comprova-o o alvará régio lavrado a 18 de março daquele ano, a partir do qual se verifica a intervenção direta do monarca, muito provavelmente, empenhado em ultimar os trabalhos construtivos em curso. As disposições régias eram bastante explícitas, pois deveria o corregedor da comarca de Coimbra, com todos seus juizes e justiças, não só enviar para o estaleiro um maior número de oficiais mecânicos, “pedreiros cavouqueiros carpinteiros servidores boieyros”, como também fornecer “carros bestas e barquas” e toda a madeira necessária proveniente das matas do Botão<sup>38</sup>.

Pela missiva diplomática enviada para o embaixador em Roma, em 31 de dezembro de 1552, na qual explicava “que o cardeal infante [...] mandou fundar e edificar na cidade de Coymbra pera os monjes da dicta ordem poderem apremder e estudar nos estudos da dicta cidade e se fazerem leterados”, o monarca pressionava a Santa Sé para a fixação das rendas do colégio<sup>39</sup>. Seguindo os trâmites habituais na fixação dos benefícios económicos, o Infante-Cardeal uniu ao colégio conimbricense, após a confirmação de Júlio III [1487|1550-1555] e de Paulo IV [1476|1555-1559], os rendimentos provenientes de alguns mosteiros cistercienses considerados inviáveis<sup>40</sup>. Avaliadas inicialmente em 6500 cruzados, as rendas não só permitiram a conclusão das últimas empreitadas, provavelmente ainda a decorrer naquela data, como serviram de sustento aos colegiais e fonte de rendimento para a manutenção dos espaços escolares<sup>41</sup>.

Entre “outras cousas que lhe aneixou pera sustêtação”, D. Henrique obteve ainda o contributo da Congregação Cisterciense Portuguesa, em 1567,

<sup>37</sup> TEIXEIRA, 9, 1891: 300; MARQUES, 2006: 237.

<sup>38</sup> Material igualmente utilizado nas obras construtivas dos outros colégios vizinhos. TEIXEIRA, 9, 1891: 270; RODRIGUES, 1993: 13; BRANDÃO, IV, 1941: 26, 345.

<sup>39</sup> BRANDÃO, IV, 1941: 295, 411.

<sup>40</sup> Foram assim extintos e incorporados no Colégio de Coimbra os rendimentos dos mosteiros de Santa Maria da Estrela, na Covilhã, o de Santa Maria do Ermelo, em Arcos de Valdevez, o de Santa Maria de Tomarães, em Ourém, e o de São Paulo de Almaziva nos arredores de Coimbra.

<sup>41</sup> TEIXEIRA, 9, 1891: 269, 270; MARQUES, 2000: 80; CORREIA & GONÇALVES, 1947: 131.

para comparticipação de despesas, muito embora as rendas eclesiásticas obtidas por confirmação canónica conferissem ao colégio uma cómoda autonomia financeira<sup>42</sup>. A Casa Mãe de Alcobaça renovava o seu contributo à Universidade portuguesa, como já o havia feito em 11 de novembro de 1288, no momento em que assinou a súplica dirigida à Santa Sé para a fundação do dionisíno *Studium Generale*<sup>43</sup>.

As relações culturais entre ambas as instituições saíam ainda reforçadas a partir de 1 de março de 1560, data em que o Colégio do Espírito Santo foi integrado na crescente rede institucional colegial da Universidade. Em conformidade com os desígnios assumidos pela regente do Reino, D. Catarina de Áustria [1507-1578], durante a menoridade de D. Sebastião [1554|1568-1578], determinou-se “por bem de encorporar os Ditos Colegios lentes & estudantes delas em esa universidade & q̃ todo seja huĩ corpo & huã universidade”<sup>44</sup>. Com este procedimento a instituição cisterciense ficou sob proteção régia e os seus colegiais protegidos pelos últimos *Estatutos da Universidade*, os de 1559.

Num procedimento idêntico às restantes casas colegiais, também a estrutura administrativa interna do Colégio de São Bernardo terá sido modelada a partir da abadia alcobacense – um dos principais polos culturais deste a fundação do Reino de Portugal<sup>45</sup> –, tal como o Colégio de São Tomás de Aquino foi criado no seio do Mosteiro de São Domingos<sup>46</sup> e o Colégio de Nossa Senhora da Graça no convento homónimo, ambos localizados em Lisboa<sup>47</sup>.

Mas para o cultivo do espírito da Religião e orientação da disciplina claustral do Saber, o Colégio dispunha de um *corpus* regulamentador privado redigido, segundo as diretrizes definidas pelo próprio D. Henrique, muito provavelmente entre 1549 e 1552, quando, em 31 de dezembro de 1552, foi solicitado o parecer do Santo Padre acerca da “constituçam governança e estatutos do dicto colegio”<sup>48</sup>. Infelizmente é desconhecido o paradeiro dos *Estatutos* primitivos que permitiriam conhecer a observância pedagógica, a organização institucional e o corpo administrador do colégio conimbricense na sua fase inicial<sup>49</sup>. Por exemplo, sabemos apenas que foi o Infante

---

42 Através da bula *Pastoralis Officii*. BRITO, 1602: 311-312.

43 *Estatutos da Universidade de Coimbra* [1653]: 3 ; RODRIGUES, 1993: 5; SANTOS, 1710: 110-111.

44 BRANDÃO, I, 1937c: 266.

45 SANTOS, 1710, 100.

46 O colégio dominicano funcionou ainda provisoriamente no Mosteiro da Batalha.

47 PACHECO, [no prelo]: [pp. 5-7].

48 BRANDÃO, IV, 1941: 411.

49 Infelizmente perdeu-se o rasto ao diploma estatutário henriquino sendo apenas conhecido

o responsável pela nomeação direta dos dois primeiros reitores do Colégio – frei Manuel da Conceição [séc. XVI] e frei Pedro de Rio Mayor [séc. XVII] –, até estabelecer, em 1558, a eleição do reitor por períodos trienais, à semelhança de todas as outras casas cistercienses<sup>50</sup>.

Aliás, o colégio conimbricense não só alimentou continuamente as relações institucionais com a casa-mãe de Alcobaça, sobretudo a partir da criação do Colégio de Nossa Senhora da Conceição<sup>51</sup>, como forneceu inúmeros provinciais gerais para a Congregação da Ordem de Cister. Entre 1575 e 1714 foram quinze os reitores do Colégio de São Bernardo eleitos para o cargo de provincial geral cisterciense<sup>52</sup>, aos quais se juntam as muitas ilustres personalidades, de grande craveira científica, aqui formadas, que não ocuparam somente importantes cargos nas estruturas administrativas do Reino como nas restantes dioceses portuguesas e na Universidade<sup>53</sup>.

É com base nas *Notícias do collegio de S. Bernardo*, elaboradas entre 1727 e 1730 pelo abade-reitor do Colégio, frei Bernardo Lopes [sécs. XVII-XVIII], que podemos conhecer a mais antiga descrição do complexo edificado sob o patrocínio henriquino nos meados de Setecentos, cerca de duzentos depois da sua construção. Conta-nos frei Bernardo nesta resenha histórica solicitada pela Real Academia da História Portuguesa, que o Colégio do Espírito Santo “está situado na parte nascente no mesmo alinhamento do collegio do Carmo” e “tem de frente cincoenta e cinco varas”<sup>54</sup>.

Edificado no flanco nascente da Rua da Sofia, entre a mole arquitetónica do primitivo Colégio das Artes, localizado a Sul, e do Colégio dos Carmelitas Descalços, a Norte, o Colégio do Espírito Santo possuía uma desenvolva e uniforme fachada de 121 metros, embora frei Brás de Barros em

---

os *Estatutos* organizados durante a direção pedagógica de frei Francisco Brandão, redigidos, em nosso entender, entre 1633 e 1636. Sobre este assunto *vide* o nosso artigo “*Ora, Labora... et Stude*. O Colégio de São Bernardo da Ordem de Cister em Coimbra”, in *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património. Actas do Congresso Internacional Mosteiros Cistercienses*, III, Associação Portuguesa de Cister, 2013: 113-137.

<sup>50</sup> SANTOS, I, 1710: 470-472; MARQUES, III, 2006: 239-240.

<sup>51</sup> O colégio alcobacense foi criado em 1648 e ficou ligado institucionalmente à casa de Coimbra como mostram os seus estatutos de 1776: “para que estes dous Collegios tenham entre si huma permanente, e amigável comunicação e se fortifiquem mutuamente [...] Mandamos, que nenhum Mestre jubile por Coimbra sem ler tres Annos no Collegio de Alcobaça; nem os Mestres de Alcobaça possam jubilar sem irem tambem ler tres Annos ao Collegio de Coimbra”. *Estatutos do Collegio do Espirito S[san]to*, séc. XVII: 100; RODRIGUES, 1993: 11.

<sup>52</sup> PACHECO, 2013: 132-133.

<sup>53</sup> VASCONCELOS, 1987: 233-234; RODRIGUES, 1993: 6-12.

<sup>54</sup> TEIXEIRA, 5, 1892: 149.



dezembro de 1541 mencionasse que o “collegio tem corenta braças [88 metros] ao longo da Rua de Santa Sophya e ha de ser sobradado”<sup>55</sup>.

Embora tenha conservado a sua configuração exterior – comprovado apenas por um pequeno conjunto de janelas de avental e pelas múltiplas pilastras hercúleas justapostas na austera fachada –, o edifício colegial foi alvo de sucessivas transformações materiais responsáveis pela sua profunda descaracterização, e, que hoje, impossibilitam uma leitura clara e objetiva da fase construtiva correspondente ao empreendimento henriquino.



Fig. 3 || *Claustro sul do Colégio de São Bernardo na atualidade*

Assumindo qualquer monumento a configuração existencial de um órgão vivo até à sua completa destruição, também o Colégio do Espírito Santo foi sofrendo obras contínuas, de ampliação, de manutenção e de renovação. Ao longo do funcionamento do instituto colegial, de 1550 a 1834, a própria comunidade foi efetivando sucessivas campanhas construtivas nos diferentes espaços colegiais, de modo a colmatar as necessidades entretanto surgidas, como a falta de espaço nas áreas residenciais ou simplesmente para acompanhar as tendências artísticas vigentes, como os revestimentos azulejares setecentistas. Mas foi, sobretudo, a partir de maio de 1834 que

<sup>55</sup> VITERBO, 1988: 178.

o monumento começou a ser violentamente esventrado perante a nova aproveitação das suas dependências para múltiplos fins.

Orientado pelos princípios unificadores de um programa geral, racional e moderno encomendado pela Coroa e gizado no terreno pelo reformador crúzio, “ao modo de Paris”, coube ao biscainho Diogo de Castilho [?-1574] projetar a traça arquitetónica do complexo colegial do Infante D. Henrique<sup>56</sup>. Porém, alguns autores apontam ainda a participação de Miguel de Arruda [?-1563] no desenho dos claustros<sup>57</sup>, o que não é de estranhar dada a tamanha dimensão da empresa construtiva. Teria de facto Arruda, o arquiteto militar responsável pelas reformas levadas a cabo no Mosteiro de Alcobaça em 1548, envolvido na obra do futuro colégio cisterciense?

No seguimento dos trabalhos levados a cabo na igreja de Santa Cruz em virtude dos estragos causados pelo terramoto de 1531, Diogo de Castilho foi convidado a projetar os primeiros colégios a partir de abril de 1535<sup>58</sup>. Em virtude do bom desempenho demonstrado ao longo dos anos seguintes, o monarca acabaria por nomeá-lo, em março de 1547, “mestre das obras de pedreria & alvenaria da dita Universidade”<sup>59</sup>.

A tipologia definida, muito próxima da conceção espacial e programação arquitetónica dos restantes colégios edificadas em Coimbra, embora o carisma próprio de cada família religiosa impusesse determinadas particularidades – e aqui julgamos que D. Henrique procurou seguir os princípios cistercienses –, revelava uma matriz genérica comum à organização de uma casa monástica ou conventual<sup>60</sup>. Curiosamente, esta seria a célebre crítica dirigida ao monarca por André de Gouveia [1497-1548], quando em 1548 manifesta o seu desagrado com a condução dos trabalhos no Real Colégio das Artes, a cargo de “miguel da Ruda & João de castilho”, acusando-os de “nunqua fizerã outro [colégio] senã para frades”<sup>61</sup>.

Alerta-nos o abade-reitor setecentista que apesar das dimensões grandiosas do edifício do colégio este não fora uma “obra correspondente á magnificencia e generosidade de seu real fundador, mas regular e proporcionada ao pequeno numero de monges” residentes<sup>62</sup>. Assumindo-se como

---

<sup>56</sup> CRAVEIRO, 1990: 67.

<sup>57</sup> CORREIA & GONÇALVES, 1947: 132; LOBO, 2006: 23.

<sup>58</sup> CRAVEIRO, II, 2002: Doc. III, 8.

<sup>59</sup> BRANDÃO, I, 1937c, 4-6; BRANDÃO, III, 1939: 85.

<sup>60</sup> LOBO, 2006: 147, 154.

<sup>61</sup> BRANDÃO, 1937a: 130-131.

<sup>62</sup> TEIXEIRA, 5, 1892: 269.

um generoso e magnífico príncipe, do Reino e da Igreja, D. Henrique guiara-se sempre por uma conduta vivencial e governativa austera e bastante regrada, quer durante o governo das principais instituições eclesíásticas nacionais, quer durante o governo do Reino como regente e depois como monarca. Quem não lhe conhece a sua predileção pela “cella do Collegio dos Padres da Companhia” em vez do Palácio dos Arcebispos, em Évora, ou a decisão de recusar o alojamento no Real Paço da Ribeira nas vésperas da sua aclamação, em cuja cerimónia declinou o uso da “oppa de brocado como em semelhantes atos costumavaõ os Reys seus antecessores”<sup>63</sup> e mantendo as vestes eclesíásticas?

A simplicidade das formas arquitetónicas e a pureza das artes decorativas do projeto inicial adequavam-se assim perfeitamente aos princípios propagados pelo patrocinador e, sobretudo, pelo patrono da Ordem, São Bernardo, que “privilegiava a interioridade, o recolhimento, a austeridade como elementos” conducentes a um “itinerário espiritual à procura do conhecimento de si mesmo para chegar ao encontro com Deus”<sup>64</sup>. Será possível que D. Henrique tenha respeitado e feito seguir as normativas austeras e depuradas estipuladas nos textos fundacionais cistercienses da *Apologia* de São Bernardo, de 1125 e da *Charta Caritatis* de Santo Etienne Harding [?-1134], de 1155-18<sup>65</sup>? Teria havido uma manifesta interferência direta do Infante na execução dos planos de Castilho uma vez que ele era o principal encomendante?

Independentemente da intervenção de D. Henrique nesta empresa, o testemunho lavrado, em 1680, por um cisterciense anónimo revela a posição dos monges brancos em relação ao seu mecenato:

“tratou o dito Senhor Dom Henrique de nos fundar este collegio; e respeitando o louvável e religioso aperto de nossa clausura monacal afim de se não perverter, e que sem detrimento seu podessem nossos monges cursar as escollas, fez buscar sitio para o dito collegio tam acomodado, e vezinho aos estudos geraes que nesse tempo erão aonde agora esta o Tribunal do Santo Oficio, que nossos monges não necessitassem de sahir á rua para hir ás lições da Universidade”<sup>66</sup>.

---

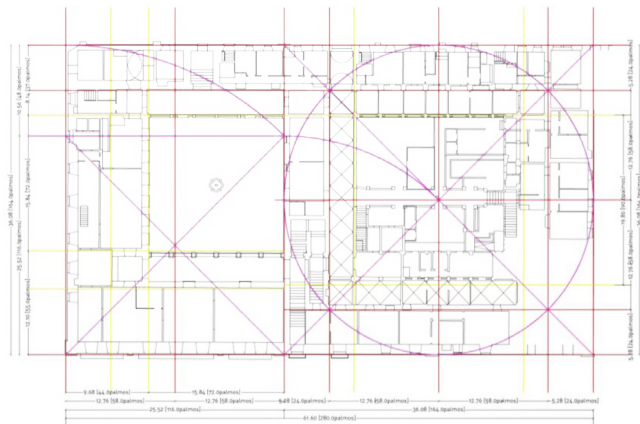
<sup>63</sup> CUNHA, 1989: 323; POLÓNIA, 2005:119-120.

<sup>64</sup> DIAS, 1988: 74.

<sup>65</sup> DIAS, 1988: 76.

<sup>66</sup> SANTOS, 2007: Doc. I, 9.

O carisma distintivo da arquitetura monástica tinha no claustro uma acentuação orgânica funcional, um ponto de convergência e de circulação privilegiada entre as várias dependências. O Colégio do Infante, adotando a tipologia característica deste género de construções escolares, seguiu assim um modelo organizativo de perímetro retangular, no qual se rasgam, simetricamente, duas áreas claustrais, quadrangulares e de diferentes dimensões. Em torno dos dois claustros congregavam-se as câmaras destinadas à habitação e as dependências reservadas ao ensino, à alimentação e aos exercícios espirituais.



Planta 1: Estudo compositivo sobre a planta atual do Colégio de São Bernardo (PINTO, 2006: 131)



Alçado 1: Estudo compositivo sobre o alçado atual do Colégio de São Bernardo (PINTO, 2006: 131)

Em ambos os espaços ainda subsistem algumas das estruturas arquitetónicas primitivas, umas da centúria de Quinhentos, outras já posteriores, certamente, dos finais do século XVII ou inícios do XVIII. A título de exemplo, no flanco norte do claustro sul, o maior, ainda subsiste uma galeria coberta por abóbada de arestas e suportada por sete robustos pilares dóricos, enquanto as restantes foram absorvidas nas construções ou destruídas. De igual modo, também no claustro norte se mantém erguida uma galeria, no sector nascente, suportada por colunata mais elegante.

Destinado ao acolhimento de um “pequeno numero de monges, que naquelles tempos se destinavam a seguir as escolas” durante três anos<sup>67</sup>, e cujas idades de ingresso rondavam os 14-15 anos<sup>68</sup>, um conjunto de celas constituiria a ala dos dormitórios nos edifícios do flanco sul, distribuídos pelo “andar superior, olhando o maior para a rua da Sophia e o outro para a parte interior do edifício”<sup>69</sup> (no flanco sul ou nascente?). De acordo com os preceitos organizacionais em análise é possível que o primeiro grupo de dependências estivesse reservado aos colegiais, titulares e oficiais residentes que lecionavam na Universidade, e o segundo, certamente a noviciaria, estivesse destinado aos moços que iniciavam os primeiros estudos na principal cidade do Mondego.

Julgamos que as celas foram erguidas no extremo do corpo sul já que a partir de uma delas se acedia diretamente ao Real Colégio das Artes, segundo parece demonstrar o *Foral sobre a fundação do Real Collegio de S. Bernardo de Coimbra*. Provavelmente redigido pelo abade-reitor do colégio no triénio de 1678-81, frei Benedito de São Bernardo [séc. XVII], o documento, de 1680, menciona que:

“se fundou o Collegio no sitio em que está, com serventia por dentro para os estudos geraes, que era pella cella em que de presente vive o Padre Mestre Frei Theodoro do Amaral Lente da Cadeira de Scoto, e viveo o Padre Mestre Frei Luis de Saa Lente da Cadeira de Prima, aonde ainda permanece a porta, por onde estava a dita serventia”<sup>70</sup>.

<sup>67</sup> TEIXEIRA, 5, 1892: 149, 269.

<sup>68</sup> *Estatutos do Collegio do Espirito S[anto]*, séc. XVII: 35 ; SANTOS, 2007: Doc. I, 23.

<sup>69</sup> Em Évora, o colégio dos Jesuítas promovido por D. Henrique dispunha inicialmente de “quinze cellas no andar mais alto, & nos bayxos se acomodaram as officinas, com huma claustra quadrada, & huma capella pera nella se dizer, & se ouvir missa”, duplicando entretanto o número de celas, ficando assim o edifício “ametade pera os Seminaristas, & a metade pera os nossos Religiosos”. TELLEZ, II, 1647: 317; TEIXEIRA, 5, 1892: 149, 269.

<sup>70</sup> SANTOS, 2007: Doc. I, 9.

Na missiva enviada a Diogo de Castilho, no dia 26 de junho de 1546, o Infante ordenara ao arquiteto biscaíno que avançasse com um projeto de ampliação da área do dormitório, como esclarece o seguinte excerto:

“Eu tinha ordenado no aposento das Cazas do collegio, que mando fazer nessa cidade que se fezessem 13 pouzadas pera 13 collegiaes<sup>71</sup>, e porque agora ordeno esse collegio pera os frades de Alcobaça e queria que se fezessem 20 cellas pera 20 frades afora as duas que se fazem pera o Reitor vos encomendo que vejaes essa obra que esta feita com Goncallo Mascarenhas<sup>72</sup> e os empreiteiros della e vejaes onde se poderão acrescentar sette cellas alem das 13 pera comprimento das 20 e me enviareis o debuxo, que desse collegio estava feito no qual metereis mais essas 7 cellas e mo enviareis pera o eu ver e porq̃ o Bispo de Leiria q̃ essa obra começou naõ poderá agora entender nisso”<sup>73</sup>.

Segundo os dados fornecidos projetavam-se mais sete celas ao número inicial programado, perfazendo um total de vinte e duas, considerando também os compartimentos destinados ao reitor. É precisamente neste documento que se fica a conhecer um pouco mais da ingerência de D. Henrique<sup>74</sup> e a participação direta de Gonçalo Mascarenhas [séc. XVI], o substituto de frei Brás de Barros no terreno<sup>75</sup>.

Através dos dados recolhidos por frei Claude de Bronseval [séc. XVI] em 1533, durante a sua *Peregrinatio Hispanica*, o número de colegiais residentes não se afastava muito do de outras casas monásticas masculinas

---

<sup>71</sup> Fração que se aproximava do número inicial ideal para a cada uma das casas cistercienses: 12.

<sup>72</sup> Gonçalo Mascarenhas, cavaleiro fidalgo de sua Casa, surge já mencionado nas folhas das despesas dos Cónegos Crúzios de 1537, como “recedor das remdas do mosteiro de Santa Cruz” tendo de “mantimento ordenado cada no ao dito officio doze mil reis e quatro / moyos de pam ... dous moyos de trigo e dous de cevada”. ANTT, Mosteiro de São Jorge de Coimbra, 1543-1596: 1.

<sup>73</sup> Em 20 de Junho de 1539, o monarca lavrou o alvará pelo qual Henrique de Parada foi nomeado escrivão das obras “das escolas geraeões [...] & assi dos collegios q̃ na dita cydade se fizerem & das avaliacoẽs das propriedades que se tomarẽ para as ditas obras & assy para as Ruas que mando fazer”. BRANDÃO, 1937c, I, 258; CRAVEIRO, II, 2002: Doc. XXI, 65.

<sup>74</sup> TELLEZ, II, 1647, 317.

<sup>75</sup> Através da documentação existente sabemos ainda o nome de dois agentes a operar na casa crúzia ao serviço de D. Henrique: Gregório Lourenço, o “vedor do dito moesteiro por o Iffante Dom Anrique” responsável pelos muitos negócios das obras, e Brás Nunes, o cónego da Sé de Coimbra e o protonotário da Santa Sé e que no Mosteiro de Santa Cruz ocupava o cargo de conservador e juiz apostólico do Infante. BRANDÃO, 1937a, 158; CRAVEIRO, II, 2002: Doc. XII, 35.

cistercienses e nalguns casos acabou mesmo por superar esse número<sup>76</sup>. Não obstante o aumento do número de celas dos colegiais, em 1573, o Colégio, inaugurado havia vinte e três anos, hospedava então “quatorze estudantes”, quase metade da população em comparação com as casas de Tarouca e Salzedas para o período homónimo<sup>77</sup>.



Figs. 4 e 5 || **Pormenor da fachada principal e galeria do claustro sul**

Mas, na verdade, o número de colegiais residentes no Colégio de São Bernardo seguiria uma determinada uniformidade dentro da própria rede de colégios conimbricenses – em 1545 fora fundado o Colégio de São Pedro dos Religiosos Terceiros para doze clérigos pobres –, além da verificada para os institutos colegiais que D. Henrique iria fundar em Évora. A título de exemplo, o Colégio do Espírito Santo em 1554 tinha inicialmente “quinze cellas”, duplicadas para o dobro posteriormente, e o Colégio de São Manços, destinado a meninos órfãos, aos filhos dos criados da Casa do Infante e a nobres porcionistas, possuía apenas 15 alcovas<sup>78</sup>.

Depois só voltamos a dispor de novos dados estatísticos para os finais da centúria de Seiscentos e inícios da seguinte, quando se operaram obras contínuas no Colégio de São Bernardo, mantendo-se então uma certa regularidade na cifra de 20 a 30 colegiais residentes. Assim, no ano escolar de 1687-1688, contavam-se 21 “religiosos moradores”, no de 1689-1690

<sup>76</sup> Tarouca e Maceira do Dão contavam com 16 residentes, Salzedas com 23, Seiça com 27 e a casa-mãe de Alcobaça com 28; Estrela com apenas 3 residentes, os de Aguiar, Águias e Lafões com 4, Fiães com 5 e os de Bouro e Almaziva 7. MARQUES, 2000: 80.

<sup>77</sup> A primeira casa teria 34 e a segunda 20. SANTOS, 1710: 538.

<sup>78</sup> TELLEZ, II, 1647: 317, 383; POLÓNIA, 2005: 201-205.



o número de 32 residentes, e no de 1694-1695 o quantitativo de 33 colegiais, o número máximo apurado<sup>79</sup>.

Muito provavelmente ficaria localizada no claustro norte a famosa biblioteca de São Bernardo, considerada uma das maiores e melhores existentes entre as instituições congêneres da cidade. Nas suas proximidades encontrar-se-ia o cartório, onde haviam sido depositados “Os primeiros estatutos do collegio [...] dados pelo Cardeal Rei, e d’algum modo confirmados pelo Papa Julio III”<sup>80</sup>.

Ao analisar os capítulos consagrados à divisão das horas dos *Estatutos* seiscentistas diminuem as nossas dúvidas quanto à proximidade entre as estruturas de ensino e de culto. Os dois primeiros artigos descrevem detalhadamente a ritualização de um tempo imposto à comunidade, um quotidiano dividido entre a oração, vivida na capela e nos oratórios, e a erudição, frequentada nas salas de aulas e na biblioteca<sup>81</sup>. Estes dois exercícios, muito caros ao patrono da Ordem, São Bernardo, e ao patrocinador do Colégio, D. Henrique, eram assim dois fatores determinantes para que o quadrante claustral norte congregasse, em funcionalidade e proximidade, as salas de aulas, a biblioteca, o cartório e a capela.

No corpo central que divide os dois claustros encontrava-se o refeitório, edificado junto à cozinha, a nascente, onde se alimentava não só o corpo, com o alimento, como também o espírito, através da palavra proferida durante as refeições. António Nogueira Gonçalves [1901-1998] identificou o acesso ao refeitório colegial pelo portal seiscentista aposto na parede sul do claustro norte, dotado com o escudo de armas de Cister e ornado com uma passagem do profeta Isaías (58, 7), gravada no intradorso: “FRANGE ESVRIENTE/ PANEM TVVM ESA”<sup>82</sup>.

Os corpos edificados a nascente congregariam as restantes áreas domésticas relacionadas com a confeção de alimentos e restantes dependências oficinais, com acesso direto a uma extensa cerca que se estenderia até à atual zona citadina da Conchada, por onde se distribuía a “vynha e olival”<sup>83</sup>. Porém, ao cotejar esta informação com os vários levantamentos urbanísticos da cidade de Coimbra, desenhados entre os séculos XVIII e XX, surge-nos um terceiro pátio – onde hoje se ergue o Teatro da Cerca

<sup>79</sup> AUC, *Colégio de S. Bernardo*, «Fontes de receita e despesa», 1687-1695:17 v e 18, 39.

<sup>80</sup> TEIXEIRA, 9, 1891: 270-272; *Regulamento das escolas do Collegio de Alcobaca*, 1776: 108.

<sup>81</sup> PACHECO, 2013: 127-129.

<sup>82</sup> CORREIA & GONÇALVES, 1947: 132.

<sup>83</sup> CRAVEIRO, II, 2002: Doc. XXXIII, 100.



de São Bernardo –, onde se concentravam as oficinas destinadas aos labores serviçais.

No extremo quadrante Norte, o edifício confinava com o Colégio do Carmo através de uma viela contígua, uma área de serventia composta pela “azinhaga publica que estaa entre os ditos coleios”, que o contrato celebrado entre as duas comunidades, a 26 de fevereiro de 1574, obrigara os cistercienses a “mandaram tapar hua porta e serventia que pera a dita azinhaga tinha as casas que foram de Dioguo de Castilho”<sup>84</sup>.



Fig. 6 || *Pormenor da fachada lateral norte do Colégio de São Bernardo (junto à Azinhaga do Carmo)*

<sup>84</sup> CRAVEIRO, II, 2002: Doc. XXXIII, 100.

Em grande proximidade com aquelas áreas parecia situar-se a capela colegial, sob a invocação do Espírito Santo, desmantelada ou destruída, na íntegra, no decorrer das sucessivas ocupações do complexo edificado ao longo do século XIX. Com base nos apontamentos redigidos por frei Bernardo, António José Teixeira [1830-1900] localizou a entrada do pequeno templo colegial, caracterizando-o “antes capella do que templo”, junto do primeiro claustro<sup>85</sup>.

Apesar da inexistência de dados materiais coevos e da ausência de fontes documentais históricas que forneçam descrições e coordenadas precisas sobre uma das áreas mais transformadas do monumento, os estudos realizados pela arquiteta Sandra Pinto<sup>86</sup> [1978], assentes na leitura atenta e pormenorizada do conjunto edificado sobrevivente, permitem localizar a capela na secção nascente do corpo norte, contíguo à Rua da Sofia. Esta conjectura ganha maior consistência quando as fontes seiscentistas mencionam uma antiga passagem direta para o primitivo Real Colégio das Artes, transformado em Tribunal do Santo Ofício a partir da década de 1560, através de uma das celas do colégio cisterciense no corpo sul<sup>87</sup>.

Como as plantas antigas da cidade de Coimbra o parecem demonstrar, muito embora os múltiplos erros topográficos verificados, o edifício da capela estaria completamente integrado no complexo colegial, sem elementos construtivos salientes que assinalassem no exterior o espaço sagrado. Na verdade, com base no registo de 1680, sabemos que a tão prezada reclusão da comunidade fora respeitada mas não a orientação canónica estipulada pela Igreja: “não so se attendeo nisto a conservação de nossa clausura, se não tambem na desposição da Igreja, não lhe deixando porta para fora, para assim se evitar toda a comunicacam com seculares”<sup>88</sup>. Esta solução foi, de facto, adotada, em moldes bastante claros, num dos colégios coevos ao de São Bernardo e erguido no flanco poente da Rua da Sofia, o colégio dominicano de São Tomás de Aquino – transformado no século XX no atual Palácio da Justiça –, cuja capela se encontrava igualmente integrada no interior do corpo edificado na extremidade sul.

Segundo o que as fontes escritas apontam, no primeiro terço do século XVIII a igreja colegial possuía ainda a abóbada de quartelas de pedra, ornadas com trabalhos decorativos de estuque, elaborados muito provavelmente

---

<sup>85</sup> TEIXEIRA, 9, 1891: 270.

<sup>86</sup> Manifestamos aqui, de igual modo, o nosso agradecimento pela cedência dos desenhos arquitetónicos.

<sup>87</sup> SANTOS, 2007: Doc. I, 9.

<sup>88</sup> SANTOS, 2007: Doc. I, 9.

nessa mesma centúria. No seu interior dispunha de três altares, o principal, dotado com um retábulo-mor de talha dourada e com uma “boa pintura do Espírito Santo”, o orago do colégio e do templo, e dois laterais, igualmente executadas em talha dourada e de dimensões inferiores<sup>89</sup>.

Segundo a notícia de frei Bernardo eram mencionados no topo da capela, como que “entalhados, de um e outro lado”, dois pórticos “também dourados que serviam de portas a decentes sanctuarios, em que se conservavam” estimadas relíquias. Além de um fragmento do Santo Lenho, a comunidade possuía ainda alguns despojos corpóreos da mártir Santa Margarida, venerada em conjunto com as relíquias de Santa Comba de Coimbra e da Beata D. Teresa, a benfeitora do mosteiro de Lorvão, colocadas a descoberto para veneração dos fiéis nos dias das respetivas festas litúrgicas<sup>90</sup>.

Reservada aos vários exercícios espirituais quotidianos da comunidade residente, a capela “tinha a capacidade necessaria para os officios divinos e para a festa de aclamação de D. João IV”<sup>91</sup>, a festividade comemorativa da restauração da independência promovida sob a égide da Casa de Bragança e inserida no calendário oficial da Universidade de Coimbra. Esta seria, aliás, a única solenidade que incluía o Colégio do Espírito Santo no itinerário cerimonial festivo da instituição académica<sup>92</sup>.

A capela do colégio serviu ainda como espaço de inumação dos seus colegiais e benfeitores, pelo menos a partir do século XVII, como comprovavam as lápides sepulcrais, localizadas na capela-mor, de frei Teodósio de Lucena [?-1614], mestre e condutário, de frei Francisco Carneiro [?-1620], lente jubi-

---

<sup>89</sup> Além das representações escultóricas da Santíssima Trindade e de Cristo Redentor, os retábulos da capela e dos oratórios exibiam as imagens devocionais dos principais santos patronos da Ordem de Cister: São Bento, São Bernardo, São Roberto, Santo Estevão e Santa Umbelina. TEIXEIRA, 9, 1891: 269.

<sup>90</sup> Embora a descrição não seja muito precisa julgamos que o pequeno santuário de relíquias fora estabelecido no primeiro andar, contiguamente à capela, no corpo lateral ou no topo da mesma. TEIXEIRA, 9, 1891: 269-270.

<sup>91</sup> O calendário festivo inscrito no *Regulamento das escolas do Collegio de Alcobaça, ordenado conforme o que determinam os estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1776, idêntico certamente ao do próprio colégio de Coimbra, estipulava como principais celebrações e festividades os dias de Natal, de Pentecostes, de Todos-os-Santos, dos Fiéis Defuntos, da Semana Santa, de São Bento, de São Bernardo e de todos os outros santos cistercienses. Além dos grandes cerimoniais estabelecidos em memória de D. Afonso Henriques, o grande patrono régio do Mosteiro de Alcobaça, invocava-se ainda, com ofício e missa de aniversário, o fundador do Colégio do Espírito Santo de Coimbra e um dos grandes protetores da casa-mãe cisterciense em Portugal, D. Henrique. TEIXEIRA, 9, 1891: 269, 556, 714; *Regulamento das escolas do Collegio de Alcobaça*, 1776: 85.

<sup>92</sup> Princiada na igreja de Santa Cruz em 1 de Dezembro de 1641, a cerimónia, com celebração e préstito académico, acabaria por ser transferida, em data desconhecida (certamente ainda no século XVII), para a igreja colegial cisterciense, vindo a ser extinta em 1790. FIGUEIROA, 1880: 229.

lado de Escoto e abade-reitor do colégio; e de frei Luiz de Sá [?-1667], lente de prima Teologia e vice-reitor, em três mandatos, na Universidade<sup>93</sup>.

Na atualidade, torna-se, pois, difícil conhecer a organização espacial primitiva da igreja do colégio de São Bernardo, visto os elementos de talha dourada mencionados testemunharem, por certo, intervenções operadas nos séculos XVII e XVIII.

Embora a maioria dos espaços estejam profundamente adulterados, algumas dependências existentes deixam ainda transparecer um harmonioso despojamento dos volumes entre a simplicidade das linhas, numa racionalidade contida de formas arquitetónicas apenas *corrompidas* pelos elementos decorativos aplicados nos séculos XVII e XVIII<sup>94</sup>.

Os modelos programáticos arquitetónicos adotados na materialização do empreendimento levado a cabo por D. Henrique, aprovados pelo seu principal e direto encomendante da obra, obedeceram a uma organização espacial interna funcional e disciplinada, correspondentes à tipologia de um edifício de ensino eclesiástico que se pretendia igualmente operante e disciplinador. Os princípios atrás enunciados faziam parte de um programa geral delineado pela Coroa e efetivado no terreno com o apoio dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e de todas as outras Ordens Religiosas que em Coimbra decidiram apoiar a reforma universitária quinhentista.

Mas não podemos ignorar que a principal razão responsável pelo despoletar de todo o projeto pedagógico henriquino, vincadamente catequético e doutrinal – assaz elogiado por frei Luís de Granada [1504-1588] –, foi motivada pela necessidade de robustecer os quadros efetivos da Igreja portuguesa perante a emergência dos vários movimentos protestantes. Nas vésperas do início do mais famoso concílio da História Ocidental terminado em Trentourgia preparar um clero mais apto e competente para enfrentar as *guerras de religião* que irrompiam por toda a Europa<sup>95</sup>.

Embora tenha sido em Braga que D. Henrique promoveu as primeiras reformas pedagógicas<sup>96</sup>, julgamos que tenha sido em Coimbra, com a ere-

---

<sup>93</sup> TEIXEIRA, 9, 1891: 270, 300.

<sup>94</sup> Nomeadamente, e de forma mais evidente, com os painéis azulejares historiados setecentistas.

<sup>95</sup> **Sobre o contributo prestado por D. Henrique na reforma dos diplomas legisladores e regulamentadores das instituições diocesanas e inquisitoriais portuguesas ao longo da centúria de Quinhentos** vide o nosso artigo “«Que fez o Serenissimo & Reverendissimo Cardeal Iffante Dom Anrique». A ação legisladora do Arcebispo e Inquisidor-mor no tempo de Camões”, *Actas do Colóquio Internacional Camões e os seus Contemporâneos, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa/ Universidade dos Açores/ Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos*, [no prelo: 24 págs.].

<sup>96</sup> Através da realização da reunião conciliar diocesana, da contratação de um afamado

ção do Colégio do Espírito Santo, que amadureceu os planos para a grande reforma pedagógica executada em prol da Igreja, do Reino e da Sabedoria, nomeadamente em Évora, cidade arquiépiscopal onde patrocinou o maior e mais importante conjunto de institutos colegiais, um deles o embrião da Universidade jesuíta.

Aproximando-se a conclusão do projeto do colégio conimbricense, ocorrida em 1549 com a entrega do edifício aos monges cistercienses, decidiu avançar com a edificação em Évora de “hum Collegio, ou Seminario de Clerigos, em que aprendessem as letras necessárias pera com satisfaçam exercitarem em seu Arcebispado o officio de bons parochos”<sup>97</sup>. Mas segundo o cronista jesuíta, “depois lhe pareceo que melhor ficava este Seminario na cidade de Coimbra, em rezám da Vniversidade que el Rey Dom Ioãem seu irmam de novo ally creàra, & já pera isto tinha mandado lavar o edificio”<sup>98</sup>. Determinado em concentrar esforços na grandiosa empresa sapiencial jesuíta, o Infante-Cardeal, aconselhado pelo seu irmão, D. Luís [1506-1555], suspendeu, em 1551, a construção do seminário diocesano, que “jà d’antes traçava” em Coimbra<sup>99</sup>, para o clero eborense, acabando por canalizar as verbas para o Colégio do Espírito Santo: “& em rezám deste novo pensamento, alcançou nõvas bullas de transferencia, pera se unirem a este as

---

corpo de mestres humanistas e da renovação da “fabrica das escholhas publicas”, o futuro colégio diocesano de São Paulo. Íntimo dos círculos intelectuais humanistas nos quais foi instruído, um pouco à semelhança do seu próprio irmão, o prelado patrocinou a vinda de vários mestres estrangeiros, concedendo também avultadas bolsas aos nacionais, com o propósito de o auxiliarem na administração dos múltiplos domínios eclesiásticos e nas múltiplas missões culturais empreendidas. Entre essa plêiade encontrava-se o teólogo dominicano frei Luís de Granada; o canonista jesuíta Leão Henriques; o pedagogo humanista Nicolau Clenardo; ou o matemático Pedro Nunes, que contratado como lente de Matemática da Universidade perdia “a moradia ã tem do Ifante dom amrrique”. CUNHA, 1989: 313-315, 323 ; BRANDÃO, II, 1938: 208; POLÓNIA, 2005: 20-21.

<sup>97</sup> Além do colégio eborense elevado à categoria de universidade em 1559, D. Henrique fundou, entre outros programados para a formação transversal e virtuosa do seu clero diocesano, os colégios dos Capelães de Vera Cruz, em 1555, o de São Manços, ou dos Porcionistas, em 1562, e o dos Moços de Coro, em 1578. Entretanto, em 1573, o Cardeal-Infante já havia manifestado a intenção de fundar mais quatro colégios, que “constituiria o corolário de um projeto pedagógico coerente e completo tendo como centro a Universidade” jesuíta. Porém, só foi instituído o Colégio de Nossa Senhora da Purificação, o futuro seminário diocesano que só começaria a ganhar forma cinco anos depois, abandonando-se os institutos de São Gregório, de Santo Agostinho e de São Jerónimo. Mas a grandiosa empresa henriquina em Évora iria ser, a par do projeto jesuíta e do enriquecimento da sé, a sede distrital do tribunal do Santo Ofício, erguido nos terrenos adquiridos continuamente junto da catedral e da residência arquiépiscopal. POLÓNIA, 2005: 73, 136, 186-187, 191-192, 200-203.

<sup>98</sup> TELLEZ, 1647: 316.

<sup>99</sup> TELLEZ, 1645: 518.

rendas<sup>100</sup> que já estavam applicadas ao Seminario de Coimbra, cujas obras tinha já mandado parar”<sup>101</sup>.

Através da disponibilização de rendimentos próprios e de financiamentos institucionais, D. Henrique foi, como asseverou o jesuíta Francisco Rodrigues [1873-1956], “um dos mais ativos e beneméritos promotores das letras em Portugal” ao longo da centúria de Quinhentos, responsável pelo patrocínio de um enérgico e avolumado empreendimento científico, pedagógico e cultural de “colégios e casas de educação, não somente para o clero, mas toda a classe de cidadãos”<sup>102</sup>.

Na “lembrança das cousas que se fizeram no tempo que governey estes Reynos”, o Infante-Cardeal, nas vésperas da ascensão ao trono do jovem monarca D. Sebastião, testemunhava que durante a sua regência, na década de 1560, “ajudou-se muyto a Universidade de Coimbra”<sup>103</sup>, apontamento revelador da política pedagógica e aposta cultural implementada desde o reinado de D. João III não só em Coimbra como em outras cidades do Reino.

Modelado dentro dos severos códigos da piedade Cristã de Quinhentos, D. Henrique revelou-se um entusiasta prelado reformador, um devoto humanista pré-tridentino que acabaria por seguir obstinadamente as diretrizes pós-tridentinas, como defende nos seus vários estudos académicos Amélia Polónia [1962]<sup>104</sup>.

Ao cerzir uma privilegiada rede operante dentro das principais instituições nacionais, civis e, sobretudo, eclesiásticas, o Infante-Cardeal viu na promoção das Artes e das Letras o meio de fortalecer a Igreja do seu Reino. Porém, a sua brilhante atuação seria gravemente influenciada em pressupostos religiosos determinados pela conjuntura coeva e que se traduziria, afinal de contas, no reforço desmesurado e controlador de uma complexa rede inquisitorial por si orquestrada.

E quanto àquele que ficou conhecido na História como o Colégio do Infante, em funcionamento ao longo de quase três séculos, esperemos que

---

<sup>100</sup> A união dos dízimos provenientes da igreja de Santa Marinha do Zêzere, da Diocese de Porto, permitiria assim a sustentação do corpo colegial.

<sup>101</sup> Com este empreendimento destinado ao bispado conimbricense fica uma vez mais demonstrado o espírito atento e o sentido reformador de D. Henrique na implementação antecipada das diretrizes conciliares que viriam a ser definidas em Trento nove anos mais tarde, com a homologação do decreto *Cum adolescentium aetas*, de 15 de julho de 1563, através do qual se previa o estabelecimento de seminários em cada uma das dioceses do orbe católico. TELLEZ, II, 1647: 317-318; CLEMENTE, 2001: 220.

<sup>102</sup> RODRIGUES, I, 1931: 85.

<sup>103</sup> TELLEZ, 1647: 389-390.

<sup>104</sup> POLÓNIA, 2006: 300.

a classificação da Universidade de Coimbra como Património Mundial da Humanidade sirva de mote à sua revalorização patrimonial e permita resgatar de um esquecimento negligente um símbolo máximo do mecenato henriquino numa época em que se conferia à Universidade e à Cidade um cunho verdadeiramente renascentista.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Fontes Icononímicas:**

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coimbra/AHCMC (Coimbra) – *Planta da cidade de Coimbra*, Izidoro Emílio da Expectação Baptista, 1845.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coimbra/AHCMC (Coimbra) – *Planta da cidade de Coimbra*, irmãos Goullard, 1873-74.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coimbra/AHCMC (Coimbra) – *Planta da cidade de Coimbra*, Baptista Lopes, 1934.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/BGUC (Coimbra) – *Pranta de Coimbra e seus contornos sobre o Rio Do Mondego*, autor anónimo, séc. XVIII.

### **Fontes Manuscritas**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ANTT (Lisboa) – Mosteiro de São Jorge de Coimbra, *História administrativa do Mosteiro de São Jorge de Coimbra* (1543-1596) [PT/TT/MSJRC: documento consultado na página web em 16 de Novembro de 2012]

Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ ANTT (Lisboa) – Corpo Cronológico, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra - Carta de frei Brás de Barros dirigida a D. João III*, Parte I, mç. 71, n.º 30.

Arquivo da Universidade de Coimbra/ AUC (Coimbra), Colégio de S. Bernardo, *Fontes de receita e despesa*, (1687-1695).

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra/ BGUC (Coimbra) – *Estatutos do Collegio do Espirito S[anto]*, Coimbra, séc. XVII (1633-37?).

Biblioteca Pública de Évora/BPE (Évora) – *Livro da Fazenda do Iff.te don Amrrique* (Década de 1540).

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana/ IHRU (Sacavém) – *Rua da Sofia - Coimbra*, Processo PT 02 06 03 17 0033.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana/ IHRU (Sacavém) – *Colégio de São Bernardo - Coimbra*, Processo PT 02 06 03 17 0084.



## Fontes Impressas

- BRITO, Frei Bernardo de (1603) – *Elogios dos Reis de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se puderão achar*. Lisboa: Tipografia de Pedro Crasbeeck.
- BRITO, Frei Bernardo de (1602) – *Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade*. Lisboa: impresso por Pedro Crasbeeck.
- Estatutos da Universidade de Coimbra* (1593) – Coimbra: Impressão de António de Barreira.
- MARIZ, Pedro de (1598) – *Dialogos de Varia Historia*, tomo II. Lisboa: Oficina de Manoel Soares.
- MORAES, Inácio de (1554) – *Conimbricæ Encomium*. Coimbra: apud Ioannem Barrerium Typ. Reg.
- MOURA, Miguel de (1840) – *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e Vida de Miguel de Moura*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
- SANTOS, Frei Manuel dos (1710) – *Alcobaça Illustrada. Noticias e Historia dos Mosteyros e Monges insignes Cistercienses da Congregaçam de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de São Bernardo nestes Reynos de Portugal e Algarves*, tomo I. Coimbra: Oficina de Bento Seco Ferreira.
- TELLEZ, Balthazar (1645-1647) – *Chronica da Companhia de Jesu*, 2 tomos. Lisboa, Tipografia de Paulo Craesbeeck.

## Obras de Consulta

- BARBOSA, Pedro Gomes (2000) – *Cistercienses*. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, p. 346-351.
- BRANDÃO, Mário (1937) – *Alguns documentos respeitantes à Universidade de Coimbra na época de D. João III*. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.
- BRANDÃO, Mário (1937) – *Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.
- BRANDÃO, Mário (1937/1938/1939/1941) – *Documentos de João III*, 4 volumes. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.
- BRITO, Alberto Moreira da Rocha (1935) – *Elogio de Coimbra*. In *O Instituto*, LXXXVIII, p. 37-62.
- CAPELO, Ludovina Cartaxo, & PROZIL, Mónica Oliveira (2007) – *Colégio de S. Bernardo de Coimbra. Inventário* [do acervo documental no Arquivo da Universidade de Coimbra]. Coimbra. [Edição das Autoras/ 32 p.]
- CLEMENTE, D. Manuel (2001) – *Seminários*. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, P-V, p. 220-225.
- CORREIA, Vergílio, e, GONÇALVES, António Nogueira (1947) – *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos (1990) – *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença em Coimbra*. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).



- CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos (2002) – *O Renascimento em Coimbra, Modelos e Programas arquitectónicos*, 2 volumes. (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- CUNHA, D. Rodrigo da (1989) – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Braga, Barbosa e Xavier.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (1988) – *A importância de Cister quando a Europa nascia e Portugal se formava*. In *Actas do Colóquio. A Ordem de Cister: O tempo e o modo*. São Pedro do Sul: Câmara Municipal de São Pedro do Sul, p. 65-81.
- FIGUEIROA, Francisco Carneiro de (1880) – *Memórias da Universidade de Coimbra. Catálogo dos Reitores*. In *Anuário da Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 223-235.
- GOMES, Saul António (2000) – *Documentos para a história de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI a XVIII. O Corpo Cronológico do Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo*. In *Actas do colóquio: Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 11-70.
- LEITE, Serafim (1963) – *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- LOBO, Rui (2006) – *Santa Cruz e a Rua da Sofia*. Coimbra: EDARQ.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2000) – *Bronseval revisitado ou o saldo da medievallidade nos mosteiros cistercienses portugueses*. In *Actas do colóquio: Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 71-84.
- MARQUES, Maria Alegria (1988) – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2006) – *A Família do Venturoso e a Ordem de Cister*. In *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*, volume III. Porto: Faculdades de Letras da Universidade do Porto, p. 227-244.
- MOURA, Miguel de (1840) – *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e Vida de Miguel de Moura*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
- PACHECO, Milton Pedro Dias (2009) – *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*. (Dissertação de mestrado em História da Arte, especialidade em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- PACHECO, Milton Pedro Dias (2013) – *Ora, Labora... et Stude. O Colégio de São Bernardo da Ordem de Cister em Coimbra*. In *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património – actas do Congresso Internacional Mosteiros Cistercienses: Passado, Presente e Futuro*, tomo III. Associação Portuguesa de Cister, p. 113-137.
- PACHECO, Milton Pedro Dias (2013) – «Que fez o Sereníssimo & Reverendíssimo Cardeal Iffante Dom Anrique»: A acção legisladora do Arcebispo e Inquisidor-Mor no tempo de Camões”, *Actas do Colóquio Internacional Camões e os seus Contemporâneos*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, pp. 387-402.
- PIMENTEL, António Filipe (2005) – *A Morada da Sabedoria. O Paço Real de Coimbra: Das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Almedina.

- PIMENTEL, António Filipe (1991) – *Poder, Corte e Palácio Real: Os Palácios Manuelinos e a reforma quinhentista da Alcáçova de Coimbra*. In *Universidade(s) História, Memória, Perspectivas, Actas do Congresso de História da Universidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 231-253.
- PINTO, Sandra M. G. (2006) – *Análise formal: Recursos, Princípios, Métodos; Subsídios metodológicos para o conhecimento da Cidade Portuguesa*. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra).
- POLÓNIA, Amélia (2005) – *O Cardeal Infante D. Henrique. Arcebispo de Évora*. Porto: Fundação Eugénio de Almeida/Cabido da Sé de Évora.
- POLÓNIA, Amélia (1990) – *Recepção do Concílio de Trento em Portugal: As normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos bispos do Reino, em 1553*. In *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: p. 133-144.
- RODRIGUES, Francisco (1931) – *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- SANTOS, Cândido dos (1991) – *De reformador dos estudos a Bispo de Leiria ou o itinerário de um contemplativo: D. Frei Brás de Barros*. In *Revista da Universidade de Coimbra*, volume 36. Coimbra: p. 317-326.
- SANTOS, Diana Gonçalves dos (2007) – *Azulejaria dos Séculos XVII e XVIII na Arquitectura dos Colégios das Ordens Religiosas em Coimbra*, 2 volumes. (Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- SANTOS, Maria José Azevedo (1981) – *O Cartulário do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva*. Coimbra: Coimbra Biblioteca Municipal de Coimbra.
- TEIXEIRA, António José (1891) – *Breve notícia dos collegios, conventos e mosteiros, fundados nos districtos de Coimbra, Aveiro e Leiria*. In *Instituições Christãs*, n.º 9, ano IX. Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, p. 268-272; 300-303.
- TEIXEIRA, António José (1892) – *Breve notícia dos collegios, conventos e mosteiros, fundados nos districtos de Coimbra, Aveiro e Leiria, Instituições Christãs*, n.º 5, ano X. Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, p. 142-150.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1993) – *A Ordem de Cister no Arquivo da Universidade: Colégio de S. Bernardo*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VASCONCELOS, António de (1987) – *Escritos Vários*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VITERBO, Sousa (1988) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.